



Anais da Assembléia

Nº 12

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 1975

(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Antonio Facci e Fidelcino Tolentino.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dacio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edison Alencar, Egon Pudell, Eneas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fusa Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quiele Crisostomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Maurício Fruct e Wilson Fortes. (48); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Leopoldo Jacomel, Domício Scaramella, Ernesto Dell'Oglio, João Cioni Neto, Osvaldo Macedo e Rosário Pitelli. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

OSR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

OSR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

OSR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido a Casa, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOSÉ ALENCAR BARBOSA, ocorrido dia 15 próximo passado, nesta Capital.

José Alencar Barbosa, era antigo e conceituado comerciante radicado em Paranavaí, genitor do Senhor Deputado Edison Alencar Barbosa, deixando consternada aquela Sociedade, onde gozava de real estima e prestígio.

Requer, que uma vez aprovado, seja dado ciência do presente à Câmara de Vereadores e à família do extinto, em Paranavaí.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, nos trabalhos de hoje, de um VOTO DE CONGRATULAÇÕES e de REGOZIO, pela eleição do Deputado paranaense ANTONIO MARTINS ANNIBELI, para o cargo de Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, da Câmara Federal. O Deputado Antonio Annibeli, que integra a Bancada do MDB, é um dos mais jovens valores da política paranaense, que conquistaram, recentemente, um mandato popular, nas eleições de 15 de novembro do ano p. findo.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1975.

a) ADALBERTO DAROS

JUSTIFICATIVA: O jovem parlamentar Antonio Annibeli, herdeiro das

tradições e do valor político, da sensibilidade humana e da decidida vocação para a vida pública, do senhor seu pai - o ex-deputado federal Antonio Annibeli, vem de conquistar, pelo seu entusiasmo moço e reconhecido valor pessoal, uma posição de relevo na Câmara dos Deputados - qual seja a de Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, dando ao Paraná mais um motivo de justo regozijo e inteira satisfação.

Entendemos, assim, ser de inteira Justiça e efetiva oportunidade, o voto que ora apresentamos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado um voto de congratulações à Diretoria do Banco do Estado do Paraná, pela criação de uma agência do citado estabelecimento, no Município de Eneas Marques.

Requer, outrossim, seja extensivo este voto ao Prefeito Municipal daquela Comuna, Senhor Hilário Michels, pelo seu trabalho incansável em angariar, para seu município, uma agência de nosso estabelecimento bancário estadual.

Que se dê ciência do teor deste Requerimento, aos interessados.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1975.

a) DENI SCHWARTZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja irrigido um veemente apelo à Diretoria da CESP (Centrais Elétricas de São Paulo), responsável pela construção da Usina Capivari, no sentido de ser melhorado o preço por alqueire das terras a serem inundadas e cujos proprietários são dos Municípios de Porecatu, Alvorada do Sul, Primeiro de Maio, Sertãozinho e Rancho Alegre.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA — Os preços fixados por alqueire o ano passado, naquelas terras, foram insignificantes e se fossem realmente pagos, no ano findo, se justificaria. Acontece, entretanto, que muitos lavradores estão aguardando a indenização que ainda não veio e que deveria ser paga, pela CESP, em meados do ano passado. Referidas terras são tidas como as melhores do Brasil e vêm servindo para o plantio de café, soja, algodão, trigo e cereais em geral. O preço das mesmas, por alqueire reavaliado, em muito viria beneficiar os sitiantes e fazendeiros dos aludidos Municípios.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma de Regimento Interno, REQUER seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura apelo no sentido de ser delegada competência à Universidade de Londrina, pelo Departamento de Assuntos Universitários, para registro de diplomas, de acordo com o que ficou preceituado na Portaria nº 7, de 24/1/64, e atendendo à Portaria Ministerial nº 3.634, de 11/12/63, que delegou poderes à Universidade Federal do Paraná para este fim. Solicita ainda, seja esclarecido no expediente a ser encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura que a medida é de grande importância e necessária, uma vez que a Universidade Federal do Paraná está por demais sobrecarregada com os seus serviços, dificultando sobremaneira o rápido andamento no registro de diplomas.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1975.

a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental da Casa, o Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que se oficie ao Titular da Pasta da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, encaminhando o documento anexo, publicado pelo jornal "O Diário do Norte" para instruir o presente Requerimento. A reportagem mostra sem qualquer exagero o extraordinário trabalho desenvolvido pelo NÚCLEO SOCIAL DE MARINGÁ, no atendimento aos filhos de famílias de classes sociais carentes. Solicitamos a presença imediata do Secretário de Saúde àquela cidade, para, verificando "in loco" o trabalho realizado pelo Núcleo, possa oferecer o amparo necessário do Poder Público na ampliação do prédio, das instalações, do corpo de professores, enfim, do auxílio ao crescimento e aprimoramento geral da Casa Social.

Maringá, Sr. Presidente, com a presença decidida de Prefeitura e Câmara Municipal, com a participação da iniciativa privada e, sob a direção do Juizado de Menores, está formando notável escritura para atender e amparar o menor abandonado. Nesse atendimento o Núcleo Social de Maringá está exercendo função magnífica. Poderá o Sr. Secretário de Saúde, não somente estabelecer pauta de recursos físicos, como também, estabelecer em Maringá a unidade modelo de amparo, recuperação e atendimento ao menor.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, complementando Pedido de Informações ao IPE, aprovado na Sessão do dia 13 último, que se solicite da Direção daquele órgão previdenciário o encaminhamento à esta Casa de cópia da Ata da reunião que o Conselho do IPE realizou a 16/01/75.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1975.

a) LÚCIO MACHADO.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumimos a tribuna, nesta oportunidade, para solicitar, desta Casa de Leis, a aprovação de um ofício de nossa autoria que visa solicitar da CESP, Centrais Elétricas de São Paulo, melhor preço para as terras que serão inundadas quando da construção da Usina Capivari, terras essas que pertencem aos Municípios de Porecatu, Alvorada do Sul, Sertaneja, Rancho Alegre e Primeiro de Maio.

Sr. Presidente, os terrenos ali vendidos foram em torno de 30,40 e até 50 mil cruzeiros o alqueire. E ocorre que a CESP, firma responsável pela construção dessa Usina, está pagando muito acima do preço, e existem alguns trabalhadores que estão reclamando pela morosidade do pagamento, porque, inclusive, já assumiram compromissos baseados nas vendas que iriam efetuar. Então, estamos solicitando providências na Diretoria daquela Companhia para solução desses casos.

Sr. Presidente, gostaríamos de ler, nesta oportunidade, uma matéria que diz respeito ao jogo do bicho. (Lê):

"DEPUTADO É CONTRA O JOGO DO BICHO"

O Deputado Antonio Belinati (MDB Paraná) protestou na Câmara contra a oficialização do jogo do bicho no Brasil, assunto ventilado com frequência na imprensa nacional.

Registrou sua discordância sobre a adoção de qualquer ato oficial sobre esta contravenção penal, a não ser um rigoroso combate para exterminá-lo. Acentuou que "o pleno desenvolvimento humano, a verdadeira segurança e ordem sociais só se alcançam na medida em que todos os recursos técnicos, econômicos, culturais e os valores institucionais estejam unicamente a serviço da dignidade humana.

Vemos com tristeza as gestões governamentais no sentido de regulamentar e legalizar contravenções, a pretexto de angariar recursos maiores para fazer funcionar obras sociais ou educacionais, por mais relevantes que sejam. Lembrou ainda, que o governo de um lado incentiva a poupança visando o bem comum, e de outro, que desenvolver atividades que redun-

dem no empobrecimento do indivíduo e consequentemente, da comunidade.

Lamentamos profundamente que justamente o Ministério da Educação e Cultura petrocine, coordene e divulgue jogo de azar como é a Loteria Esportiva, e mais ainda, que, segundo notícia da imprensa, deseje ver restabelecido legalmente o "jogo do bicho", dando a ele a roupagem ou o nome que vier a ser dado. Jamais deve o País, acrescentou, buscar recursos materiais através de meios que diretamente condicionem, deprimir ou indignifiquem o cidadão e a comunidade. A Loteria Esportiva já tem sido um verdadeiro desastre na economia de milhões de trabalhadores, pois uma considerável parcela da população deixa, muitas vezes, de comprar o leite para o filho para poder fazer sua fezinha na esportiva que na sua opinião, está descapitalizando sensivelmente o interior brasileiro.

Regamos pois, concluiu, às autoridades e às forças vitais da Nação, que se oponham tenazmente à tentativa nefasta de legalização dos jogos de azar em nosso País".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem razão o nobre Deputado Antonio Belinati quando falou na Câmara Federal. Esse moço que através de seus pronunciamentos, através de sua coragem, foi um dos Deputados mais votados no Paraná, juntamente com Álvaro Dias, diz bem, porque realmente a população do Brasil está empobrecendo de uma maneira tal que o filho de um trabalhador não pode mais ir à escola. Hoje, o estudo é somente privilégio dos ricos. O homem que ganha 300 ou 500 cruzeiros por mês, não pode manter seus filhos na escola.

A mensalidade da Faculdade custa 400 cruzeiros. Como é que pode manter seu filho na escola se ele ganha isso por mês, para sustentar os outros filhos, Vesti-los, e alimentá-los?

Lamentamos que isso esteja acontecendo no Brasil. Criou-se a Loteria Esportiva para dar atendimento às obras assistenciais, no entanto, elas aí estão necessitando de ajuda. Vem agora com uma nova roupagem, fazer com que o jogo do bicho seja instalado em nosso País. Levantemos nossa voz humilde e pequena nesta Casa de Leis, contra essa implantação neste País, onde grande parte de nossa população ainda morre de malária, neste País, Sr. Presidente, onde em cada mil crianças, morrem 100 com menos de 5 anos de idade. Neste País onde a dívida externa é de mais de 15 bilhões de dólares, quase atingindo a casa dos 20 bilhões. Dizem até que se multiplicarmos esses bilhões de dólares pela população brasileira, que é de 100 milhões, vamos verificar que cada criança que nascer amanhã neste querido Brasil, já nasce devendo 1.400, cruzeiros.

10 anos se passaram e as coisas ainda não estão no seu devido lugar.

Estas palavras que queremos pronunciar hoje, mas voltaremos, oportunamente, para analisar outros aspectos. (Sem revisão do orador).

OSR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na reunião de quinta-feira passada, formalizamos, desta Tribuna, algumas denúncias contra o Seguro de Previdência do Estado.

A partir daquela oportunidade começamos a receber outros fatos em forma também de denúncia, que revestiam o acontecimento de uma seriedade muito maior.

Dei sentimos que a nossa responsabilidade como denunciante passou a se caracterizar primeiramente pelas notícias dos jornais e depois pelas informações denunciando de pessoas ou pessoas que traziam ao nosso conhecimento acontecimentos desairosos e mesmo contraditórios aos objetivos⁴ do IPE.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltamos à Tribuna nesta oportunidade para pedir a complementação de nosso requerimento solicitando que além dos itens nele contidos, se requeira também: "Cópia integral da Ata de Reunião do Instituto de Previdência do Estado ocorrida no dia 16 de janeiro do corrente ano de 1975, reunião esta do Conselho Administrativo daquele órgão de Previdência do Estado.

Não sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até onde haveremos de ir para chegarmos ao fato de, pelo menos, fazermos com que, através de nossas palavras, acorde esta organização previdenciária do Estado para a responsabilidade, principalmente, para com seus associados que, na totalidade, são homens e mulheres que recebem salários de miséria do atual orçenograma de esgotamento do funcionalismo do Estado do Paraná.

Sabemos que não deixaremos um capítulo sequer desta história que

se iniciou com a nossa denúncia através do Requerimento aqui apresentado na reunião de quinta-feira passada, Peço, então a V. Exa., Sr. Presidente, que determine a complementação de nosso Requerimento solicitando que no mesmo seja incluído o item pedindo a ata integral da reunião realizada por aquele órgão no dia 16 de janeiro de 1975.

Em outra oportunidade voltaremos para dar sequência a nossa solicitação, até chegarmos a verificação total e até ainda encontrarmos os erros e omissões do Instituto de Previdência do Estado. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pela primeira vez assumimos esta Tribuna nesta Casa de Leis e que nossas primeiras palavras sejam de cumprimento a todos os Srs. Deputados, aos Deputados do meu Partido a Aliança Renovadora Nacional e, também, aos Srs. Deputados do Movimento Democrático Brasileiro.

Sem dúvida alguma, como já ouvimos desta mesma Tribuna, palavras de outros Senhores Deputados, de que, a atual legislatura tem um grande compromisso para com o Paraná e com a Nação Brasileira. Aqui estamos para trabalhar, para defender tudo aquilo que é de interesse do povo paranaense, e esperamos sempre merecer o apoio e a compreensão dos nossos nobres Pares.

O que também nos traz hoje à Tribuna é requerer no sentido, ou em sentido de apelo, ao Departamento Nacional de Estrada de Rodagem, ao DER e à Secretaria dos Transportes, sobre diversas rodovias a serem implantadas e algumas que já estão implantadas na região Oeste do Paraná a qual temos a honra de representar; esta próspera região Oeste do Paraná é uma região que no atual exercício de 1975 deverá produzir aproximadamente 25 milhões de sacas de soja, ou seja, 1 milhão e 500 mil toneladas, e as estradas do Oeste encontram-se em estado precário, portanto, esperamos que os nossos nobres Pares nos apoiem e que o Governo procure, dentro das suas possibilidades, atender este nosso apelo.

Eis o nosso primeiro Requerimento, Sr. Presidente: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER que seja encaminhado em sentido de apelo ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (D.N.E.R.) o seguinte:

- 1) — Início da construção Toledo à Mal. Cândido Rondon e Guaíra.
- 2) — O aceleração da construção da BR-367 — Cascavel à Toledo.
- 3) — O aceleração da construção da BR-369 — ligando Campo Mourão à Cascavel.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1975.

a) EGON PUDELL.”

O SR. EGON PUDELL — Outro Requerimento, Sr. Presidente. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer seja encaminhado o ofício em sentido de apelo aos Exmos. Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem o seguinte:

1) —

- 1) — Início da construção da Rodovia ligando a cidade de Céu Azul à Santa Helena;
- 2) — O reensaibramento dos trechos críticos da estrada ligando Toledo à Cascavel e o ensaibramento da passagem da rodovia pela Vila Bom Princípio do Município de Toledo.
- 3) — Início da construção da estrada ligando Toledo a Palotina (asfaltamento).

Sala das Sessões em 17 de março de 1975.

a) EGON PUDELL.”

Aliás, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este mesmo apelo já foi feito pelo nobre Sr. Deputado Werner Wanderer.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não era nosso propósito hoje vir para esta Tribuna sem antes prepararmos adequadamente o expediente que pretenderamos encaminhar à Mesa, no intuito de alertar, não só os Srs. Deputados com assento nesta Casa de Leis, mas também levantar o problema relacionado com o grande empreendimento da maior usina hidroelétrica que o mundo já tem notícia de ser construída. Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Usina Hidrelétrica de Itaipu, para onde serão carreados recursos fabulosos da economia nacional e da economia internacional, onde dois países co-irmãos da América do Sul agrupam os seus esforços humanos, os seus recursos técnicos, buscando subsídios em todos os países onde a tecnologia chegou antes. Aqui no Paraná, onde será construído ou está sendo preparado o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Itaipu, onde a engenharia nacional, onde a engenharia sul-americana poderia, num demonstrativo da eficiência técnica do povo latino-americano, aqui no Paraná onde a capacidade empresarial brasileira haveria de contar, nos primeiros instantes em que se falava na Usina Hidrelétrica de Itaipu com o prestígio e a solidariedade do Governo do Paraná, aqui mesmo onde deveria receber respaldo do Governo, de todas as forças políticas, de todas as forças econômicas do Estado do Paraná, o Governo sucumbiu numa hora decisiva, deixou, liberou a tributação do ICM, todos os projetos que se destinam à Usina de Itaipu, Ali, Sr. Presidente, Srs. Deputados, serão levados a efeito em concreto e barragem, em todas as áreas técnicas da engenharia nacional a quantia, quem sabe, superior a 10 bilhões de cruzeiros, correspondentes a um bilhão de dólares que será a verba a ser levada nestes comparativos de preços. Antes que esta Assembléia fosse composta pela 8ª Legislatura, tanto os Deputados desta Assembléia como os Deputados Federais, alguns eleitos, outros reeleitos e outros não reeleitos, compilaram um documento e encaminharam à S. Exa. o Sr. Governador de então, Dr. Emilio Hoffmann Gomes.

Vejam, Srs. Deputados, que na composição seletiva de empresas nacionais, onde o Governo brasileiro num empenho decisivo de prestígio e técnica de engenharia brasileira, juntamente com a paraguai, instituíram normas de condutas para a aplicação de recursos técnicos e humanos para evitar a espoliação de multi-nacionais que poderiam, para cá, influir decisivamente na aplicação do seu potencial.

Nesta hora se levantaram as vozes dos Srs. Deputados que buscaram subsídios da tecnologia paranaense e da Associação do ramo empreiteiro que contribuíram para que este documento fosse formalizado. No entanto, até este momento, não vimos repercussão alguma, e estamos sentindo mais uma vez, que o Paraná desgastado e desprestigiado neste composto federativo que é o Brasil, o Estado do Paraná, que poderia demonstrar a sua capacidade técnica, não faz parte de nenhuma de suas firmas que poderiam inclusive oferecer suas técnicas na construção da Usina de Itaipu.

Muitas vozes se levantaram no “O Globo” de São Paulo, e tantos outros jornais, têm buscado elucidar a questão, no entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Estado do Paraná precisa de vozes, e preciso uma representação mais efetiva no sentido de esclarecer a S. Exa. o Sr. Ministro de Minas e Energia, aos Srs. Diretores da bi-nacional Itaipu, e primeiramente ao Exmo. e Emérito Presidente da República, General Ernesto Geisel.

Gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de lembrar apenas neste momento que no dia 26 de dezembro, foi feito o seguinte expediente para o então Governador do Paraná. E por aqui se pode avaliar a importância do assunto que estamos levantando também, Sr. Presidente, pretendemos amanhã, neste mesmo horário, voltar ao assunto, com documento adequado para a elucidação da questão. (Lê):

“Senhor Governador.

Representantes que somos do povo paranaense conscientes de nossas responsabilidades e conhecedores do alto espírito público de V. Exa., sentimo-nos no dever de apresentar-lhe algumas considerações sobre a decisão tomada pela ITAIPU BINACIONAL, relativamente à pré-seleção de firmas para os primeiros trabalhos de grande hidrelétrica que será construída no rio Paraná.

Dispensamo-nos de ressaltar a importância fundamental do empreendimento para o País, a Região Centro-Sul e especialmente para nosso Estado, em cujos limites estará situada a usina e onde começa a ser montado o maior canteiro de obras jamais erguido em todo o mundo”.

Melhor falam os números: Itaipu, com sua capacidade de carga prevista para cerca de 12.000.000 kw, mais do que duplicará a potencialidade do complexo Ilha Solteira: Jupiá e quadruplicará a da Usina de São Simão, cuja previsão de 1.000.000 kw, já será por si mesma muito superior à famosa Assuã.

Quanto ao volume de obras civis, também multiplica por muitas vezes o que tem sido necessário para outros empreendimentos de grande porte, implicando em enorme mobilização de mão de obra e de maquinaria. O montante dos investimentos, calculado atualmente em mais de US\$ 1 bilhão, somado aos outros fatores, permite asseverar que, além do marco fundamental na produção nacional de energia hidrelétrica e ponto de relevo na história de nossa engenharia, a Usina de Itaipu, desde sua fase inicial de construção, acarretará profundas transformações de natureza ecológica, econômica e social no Oeste Paranaense.

Decidiu o Governo Federal, em reconhecimento à capacidade técnica já demonstrado por nossas grandes empresas de engenharia, e de comum acordo com o Governo Paraguai - ao qual nos associamos na Itaipu-Binacional - entendeu permitir somente a participação, em consórcio de firmas brasileiras e paraguaias.

A finalidade óbvia da decisão foi imprimir caráter de proteção às empresas dos dois países associados, visando resguardar os respectivos interesses nacionais, impedindo, assim, que grandes grupos norte americanos ou europeus deslocassem as companhias brasileiras e paraguaias precisamente desta obra que haverá de sedimentar a tecnologia nacional pertinente.

A lição básica dessa medida é que ela se destina a aplicar e reforçar a política geral de proteção às empresas brasileiras capacitadas, permitindo que se desenvolvam e diversifiquem suas atividades.

A pre-seleção dos consórcios brasileiros-paraguaios para a construção de Itaipu deve atender aquela diretiva geral, sob pena de por em risco a própria inspiração básica de Itaipu-Binacional e atingir a fundo interesses de maior importância.

Podemos afirmar, portanto, que a pré-seleção para cada etapa deverá, sempre, ser bastante ampla para permitir a participação dos consórcios brasileiros-paraguaios que tenham demonstrado no ramo, tradição, capacitação técnica e financeira, e bastante rigorosa para impedir a inclusão de associadas cujos "currículos" assegurem o bom andamento da obra.

A opção pela divisão da obra em vários contratos parciais, baseia-se precisamente, entre outras vantagens, nas maiores possibilidades que assim se abrem de participação da indústria de construção civil paraguaia e brasileira.

Avulta, ademais, outro aspecto básico a considerar: o mercado brasileiro de usinas hidrelétricas tem se reduzido a umas poucas empresas, que a cartelizam com tendências a monopolizá-lo.

A simples listagem das principais obras hidrelétricas contratadas e a relação das empresas contratantes demonstra o fato, pois as obras se distribuem com enorme disparidade entre três companhias e o conjunto de outras grandes empresas de construção civil, algumas das quais, em vista desse forçado cerceamento de atividades, entraram em crise financeira ou tiveram de declarar insolvência.

As condições peculiares do mercado brasileiro quando se iniciaram os principais trabalhos de hidrelétricas, permitiram que as primeiras empresas que nele ingressaram, alcançassem uma posição de favor que visava a desenvolver no País "know-how" próprio. Entretanto, exatamente essa necessidade de "know-how" próprio é que se choca, frontalmente, agora, com a posição de exclusivismo cartelizador que passou a caracterizar o mercado.

Com os trabalhos de Itaipu, o mercado atinge dimensões que impõem a imediata correção do quadro. Entretanto, os resultados da pré-seleção não indicam nenhum passo nesse sentido. Afronta os interesses gerais que, à medida que cresce o mercado nacional de construção civil, em hidrelétricas, reduza-se ou estacione o número de empresas nacionais dele participantes. (Lendo):

"A seleção pela Itaipu-Binacional de apenas 5 consórcios brasileiros paraguaios poderia consagrar a regra inaceitável de que o aumento do número de grandes empresas de engenharia com participação no mercado hidrelétrico esteja na razão inversa do crescimento desse mesmo mercado.

Mais do que isso: o País tem cerca de 15 milhões de kw de potência instalada; segundo estimativas oficiais, precisa atingir 30 milhões em 1980; 75 milhões em 1990 e 150 milhões no ano 2000. Quer dizer: **projeta-se de duplicar em 25 anos a atual capacidade de geração**, com obras que incluem Itaipu, Paulo Afonso IV, S. Simão, Itumbiara e que incluirão,

também, os futuros projetos no Tocantins, e outros pontos da Amazônia.

Tais fatos significam a inconveniência flagrante de se permitir a consolidação de um mercado cativo, subjugando a algumas empresas privilegiadas. As grandes obras que vão ser atacadas exigem a ampliação agressiva do número de empresas brasileiras que delas possam participar, sob pena de assistirmos, por um lado, a hiperexpansão de algumas poucas e, por outro lado, a estagnação e o declínio de dezenas de outras que, para fugirem à insolvência, poderão tender a alienar seu caráter nacional.

A proteção governamental aos diferentes setores de atividade econômica, obedeceu, sempre, ao desejo de fortalecer o empresário nacional, para que o maior número possível de empresas adquira condições competitivas no mercado. Há, inclusive, contra a cartelização, legislação federal específica (Lei nº 4.137/62) e a própria Carta Magna (art. 160) estatui a **repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros.** Não vemos motivos de a construção civil fugir à regra que é universal e válida para os outros setores.

Fortalecê-la é tanto mais urgente quando se sabe que a soma do faturamento das 50 maiores empresas de engenharia civil é bem inferior de 5ª empresa norte-americana no ramo.

Já nos referimos às transformações que Itaipu está acarretando em nossa Região oeste e que prenunciam grande surto de progresso, possibilitando um maior equilíbrio da economia do Estado, em cuja economia preponderam ainda os setores primários e terciário, notando-se a deficiência do setor secundário o que é mais agravado pela dependência de nossas exportações da oferta dos mercados estrangeiros. Essa complementação está também sublimada pela grande captação de recursos que aqui se processa, através da rede bancária, para outras unidades da Federação, funcionando como um verdadeiro dreno financeiro e que implica em grandes prejuízos ao Paraná.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Del Ciel)

O SR. LÁZARO DUMONT - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. traz a esta Casa, no dia de hoje, realmente um assunto de grande importância para nosso Estado. E fico satisfeito em ver a preocupação de V. Exa. pela participação mais efetiva do Estado do Paraná, em obra desse porte, porque a gente sente com respeito a esse assunto no que se relaciona com nosso Estado, já tivemos várias vezes, a oportunidade de trazer à esta Casa nossa insatisfação.

O que se pode perceber é que lamentavelmente parece que há uma política contra a participação do Estado do Paraná não somente neste setor que V. Exa. traz a esta Casa, como em vários outros aspectos quer seja na agricultura ou na indústria. Enfim, nosso Estado é sempre colocado em plano secundário, em quase todos os assuntos que envolve a política administrativa nacional. Não sei se o motivo disto é por sermos vizinhos do Estado considerado o número um da Federação Brasileira. O que é de se lamentar é que, na verdade, nosso Estado não participa como deveria participar como especificamente nesse episódio de Itaipu em que o Paraná terá a maior área alagada. Esta é uma das razões porque o Estado do Paraná teria que participar mais ainda e além do mais é onde será construída a Usina. Entretanto, nosso Estado não levará vantagem nenhuma na produção de energia elétrica que a Usina de Itaipu deverá ter. O Paraná apenas vai participar na Usina de Itaipu com os homens que vão fazê-la. Para o trabalho perigoso para o trabalho braçal, para trabalhar com risco de vida vamos pegar o trabalhador mais próximo, e o mais próximo é o trabalhador do Paraná.

Encerrando este aparte que V. Exa. me concede, quero congratular-me com o nobre Deputado por ter trazido, no dia de hoje, assunto de tanta importância para nosso Estado. Se amanhã quisermos ter um opera-

do mais efetivo, qualificado, teremos que fazer com que as empresas do Paraná participem, para que elas possam dar condições que tenhamos realmente, um operariado qualificado em nosso Estado. Meus parabéns e muito obrigado.

(SR. FIDELCINO TOLENTINO - Agradeço a gentileza e o aparte de V. Exa. deputado Lázaro Dumont, que vem contribuir para a elucidação do grande problema que aqui levantamos.

(SR. ENÉAS FARIA - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Devo, realmente, cumprimentá-lo pela importância do tema que está abordando. Eu, como de resto quase todos que aqui estão, endosso a tese que V. Exa., através do que leu, acaba de trazer a este Plenário.

Devo dizer que esta Casa de Leis, que este Legislativo, que é o po-

der político do Paraná, deve efetivamente se constituir em polo de irradiação de nossas pretensões, de nossos anseios e de nossas reivindicações enfim fazemos aquilo que sempre idealizamos, um Paraná mais forte, mais próspero e melhor.

Devo dizer que como faz V. Exa. neste momento e em razão de entender que deve ser esta Assembleia verdadeira caixa de ressonância das aspirações paranaenses. Irei também tratar deste assunto assim que tenha ultimado os estudos e pesquisas que faço sobre o problema.

Veja V. Exa. que, talvez até transcenda a importância do aspecto empresarial da questão, e há que se atentar para outros aspectos, também dos mais graves, um dos mais profundos aos interesses paranaenses.

Há mais ainda, nobre Deputado: vasta e imensa área das mais ricas e férteis do nosso Estado será alagada. Estudos técnicos também já indicam que, uma revisão na quota 220 poderá possibilitar que tenhamos aqui a maior usina hidrelétrica do mundo, sem que tenhamos de abrir mão de uma imensa zona de terras exatamente das mais produtivas e mais férteis.

E assim por aí afora.

Cumprimento V. Exa. pela propriedade com que aborda o tema, e comunico a V. Exa. e à Casa que, assim que os estudos sejam ultimados voltarei para tratar do assunto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte do nobre Deputado e somente quero lembrar que o assunto que nós trazemos hoje, se deve principalmente a esta mudança que neste fim de semana se operou no comando do Poder Executivo do Estado, principalmente por se tratar ao que se sabe, de um homem de empresa, um homem da iniciativa privada paranaense.

vada, seguramente afirmado no sentido de empresa paranaense. Por este motivo, que tomamos a liberdade, neste instante, de tão grande interesse da economia e da sociedade paranaense.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Prezado Deputado Fidelcino Tolentino, com quem já tive a honra de partilhar inclusive dos bancos universitários, apenas dizer alguma coisa mais: que não se pense, Senhores Deputados aqui presentes que, com o levantar de um assunto tão importante, se queira proteger alguém ou alguma coisa em especial, mas, por notícias oficiais, tomamos conhecimento que, na famosa pré-qualificação para as firmas que deveriam disputar então a concorrência, vimos que as firmas do Paraná com a melhor qualificação, tendo inclusive, para exemplificar, como eu ouvi dizer e repito, oficiosamente, uma das firmas do Paraná tinha inclusive toda a maquinaria pesada que seria necessária para a execução da obra, e outras firmas que foram na pré-qualificação obtiveram o registro, estas firmas teriam que adquirir este equipamento.

Então acho, Senhores Deputados, que esta Casa, a Assembleia Legislativa do Paraná, independente das Bancadas do MDB ou ARENA, mas como legítima representante do povo do Paraná, terá que levantar sua voz bem alto porque este assunto, ratifico aqui, as palavras do Deputado Eneas Faria, não devera ficar tão somente neste pronunciamento, mas deveria ser aqui constituída uma Comissão Especial para este fim, para que realmente a Assembleia seja a caixa de ressonância, porque nós precisamos colocar bem alto o nome deste Estado e que seus poderes constituídos, como é o caso dos representantes desta Casa, estão de olhos abertos, estão vigilantes para que o Paraná não seja passado mais uma vez para trás, o que se comete é um absurdo e devemos levar ao conhecimento do Governo para que ele defenda os interesses deste Estado. Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, Srs. Deputados da Assembleia Legislativa do Paraná, é um apelo que faço, pessoal, corroborando aquilo já falado por Lazaro Dumont e por Eneas Faria, devemos fazer nesta Assembleia uma luta de fora, do empresário, do povo deste Estado, para que não sejamos uma vez mais, repito ainda, marginalizado numa obra que não será apenas uma obra mas, como disse V. Exa., a maior obra do mundo, a maior hidrelétrica do mundo e que não será aferido o trabalho por alguns anos, mas por mais de uma década.

Portanto, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, as nossas congratulações e nossos abraços pessoais, por V. Exa. ter trazido a esta Casa um assunto desta importância. Conte, Sr. Deputado da Arena, com este Deputado, e tenho a impressão que grande número de Deputados da Arena estão conscientes que não é uma luta do MDB ou da minoria do Legislativo do Paraná mas é contra essa injustiça que se está cometendo. Daí, repito, a importância de agirmos rapidamente pois partimos para a segunda fase, para se conceder a concessão como ganho de causa ao vencedor. É preciso que nossas vozes se levantem já, com V. Exa., para que possamos corrigir esta injustiça que se comete. Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço ao nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio o seu apoio e quero lembrar mais uma vez que

obra como a de Itaipu que a nossa geração jamais vai ter a oportunidade de ver inaugurada porque é um empreendimento que se coloca no extremo do nosso Estado, é para que todos nós tenhamos uma consciência do seu vulto e da repercussão econômica-social, sobretudo social, e econômica que vai se realizar no Paraná, modificando a infra-estrutura em todos os setores da atividade humana.

O SR. DENI SCHWARTZ — Nobre Deputado Fidelcino Tolentino, lastimo imensamente que nesta oportunidade as galerias não estejam cheias, com as autoridades e com a imprensa presente para ouvir a sua voz. Sr. Deputado. O seu pronunciamento é muito feliz, é de uma felicidade extrema que se traga para o debate, mas que se propicie os debates com as autoridades presentes, como estavam aqui no último sábado para ouvir a verdade de um Estado que gera para esta Nação 17% de suas divisas mas consome apenas 2,5%, a verdade que já no dizer de um técnico da Copel, uma ilha cercada por grandes companhias hidrelétricas, a Cesp, até a Cesp, está entrando no Paraná, está entrando a Usina de Furnas, entrando no Paraná, até a Eletrosul, gerando energia no Paraná, deixando aí mazelas sociais, porque tenho testemunho dos homens do Sudoeste e por exemplo a Usina de Itaipu do Rio Chopim, abelada de uma vila de operários, da Copel, existe uma favela que é um problema para a Prefeitura e para o Estado, essas mazelas que ficarão depois de Itaipu, porque de nada adiantará que fique uma estrada de ferro por exemplo para tirar o pinheiro, como foi deixada a estrada de ferro na linha para tirar o pinheiro da linha da fome.

— (Reassume a Presidência o Sr. Deputado Gabriel Sampaio).

Porisso, é uma atualidade que se traga ao debate no Estado do Paraná, neste momento, quando se faz a Itaipu nos mesmos moldes em que foi feito a Transamazônica e a ponte do Rio Niterói. Que se traga para o debate, porque queremos saber porque não se faz a Usina de Rio Negro com 3 e meio KW, um sonho de Parigot de Souza, a metade de mais da metade do que vai gerar em Itaipu, porque lá só nos pertence a metade.

Nós queremos saber porque não se usa as outras usinas que se poderia fazer no Rio Iguaçu e no Rio Chopim. e nos demais rios deste Estado. Usinas menores é verdade, mas não nos cabe nenhum orgulho em termos a maior usina do mundo compartilhada com um outro País.

Gostaríamos que o povo brasileiro soubesse o por que da usina talvez, existe alguma explicação, que nos convença, mas até o momento nada sabemos. Sabemos apenas que o Paraná novamente está sendo marginalizado. Gostaríamos de saber quando lá na Bahia se tira petróleo existe uma taxa, existe um "royalt" para aquele Estado, enquanto se tira energia deste Estado através das Usinas como a Osório, que vai abastecer o Rio Grande do Sul, não se devolve ao Estado que tem suas terras inundadas, não se devolve a este Estado, também em forma de "royalt", alguma coisa.

É preciso acabar, o Paraná que já era 17% de divisa contra 2 1/2 que se consome. Parabéns, nobre Deputado, pelo brilhante pronunciamento, mas peço que V. Exa. volte ao assunto, porque é de vida ou morte para um povo que sofre nas mãos do imperialismo, da ditadura econômica e do centralismo. Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte, nobre Deputado

Deni Schwartz. Queremos enfatizar o problema não de Itaipu em si mesmo, mas do problema primeiro, a consequência da Usina de Itaipu, do empresariado paranaense que o estrangulamento da economia vive se arrastando e, para aqui, agora empresas nacionais querem se instalar no Paraná, como opção, para investimento. E deixaria quem sabe, de fazer aplicação de seus recursos por falta de apoio dos poderes públicos competentes.

Deixo aqui esta lembrança e prometo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que amanhã voltarei para, em caráter de reivindicação daquilo que o Paraná precisa, para chegarmos à Presidência da República, ao Congresso Nacional, pois lá que é o foro competente para debater um assunto de tão grande importância para o nosso Estado. Muito obrigado.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra no Grande Expediente, já que restam ainda alguns minutos, ao Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Como paranaense que sou, não pude deixar de assistir a posse do Sr. Governador Jayme Canet, na última semana, quando ele cercado pelo interesse das classes produtoras pelos políticos, iniciava a sua caminhada política.

Notei, Srs. Deputados, sem estranhar que o Sr. Governador da ARENA iniciou a governar sem o povo.

Não vi o povo nas escadarias do Palácio; não vi o povo aqui nesta Assembleia Legislativa; não vi o povo no caminho desta Assembleia até o Palácio.

Não vi lenços brancos acenando; não ouvi as palmas sinceras dos operários, dos estudantes, dos funcionários públicos, das mulheres simples deste Paraná, dos professores, dos universitários.

Vi, isto sim, autoridades. Os homens da ARENA que ocupam os cargos que a ARENA lhes ofereceu e alguns curiosos homens do MDB que assistiam mais uma vez, numa plenitude de posse, o desprezo que o Governador vem para com a Oposição, a ponto de em seu discurso citar os Senadores Accioly Filho e Mattos Leão, esquecendo de citar o nome de Francisco Leite Chaves, que no Senado Federal também representa o Paraná, o povo do Paraná, a voz deste mesmo povo consagrado nas urnas em uma vitória eleitoral que o Senhor Governador não poderia ter esquecido porque foi a sua primeira grande derrota ao pedir o voto do povo.

Repetiu, o Senhor Governador, o mesmo menosprezo, a mesma omissão que havia sido sua tônica em Ponta Grossa, quando esqueceu o nome do ilustre Deputado Luiz Carlos Zuk que representava a Assembléia Legislativa do Paraná na solenidade e que, por omissão ou por ação destes homens que não respeitam nem a ética protocolar, teve o seu nome escamoteado da relação das autoridades presentes à solenidade.

Não adianta o Senhor Governador convocar Oposição, como o fez pateticamente no seu discurso de posse, para cumprir o seu dever, se ele não tem nenhum respeito para com esta Oposição.

Não adianta o Senhor Governador dizer, em seu discurso de posse, que "podemos fazer parte da ARENA ou do MDB, mas nossos deveres específicos, em relação aos nossos mandatos, são os mesmos e ao mesmo mandatório devemos prestar contas: o nosso povo". Ai, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Senhor Governador comete o grande equívoco.

Nós, Deputados estaduais, nós membros desta Casa, nós representantes do povo pelo voto do povo, temos no povo nosso mandatório. O Senhor Governador não foi eleito pelo povo, não consultou o povo para nenhum dos seus gastos e chegou a proibir o povo a ir à sua posse, porque cercou o Palácio com as correntes de sua segurança pessoal. O Senhor Governador não tem mandato do povo.

Mandato do Povo tem o Deputado do MDB, esquecido na solenidade de Ponta Grossa, na mesma cidade que o consagrou e que não deu nenhum voto ao Senhor Governador.

Mandato do povo tem o Senador Francisco Leite Chaves, esquecido pelo Senhor Governador como homem ilustre do Paraná no Senado da República que teve mais votos que os homens da ARENA.

Mandato do povo tem o Deputado Alencar Furtado, que ocupa uma das posições mais importantes no Parlamento Brasileiro e que é uma das figuras mais ilustres do Poder Legislativo nacional.

Mandato do povo têm os Deputados Alvaro Dias e Antonio Belinati, cujos votos representam o povo, este mesmo povo do Paraná que repudiou nas urnas a escolha do Senhor Governador pelo sistema indireto e que mostrou, no voto livre e direto, que não deseja governos de grupos e de minorias políticas.

Senhor Presidente, Srs. Deputados:

Vim a esta Tribuna hoje para analisar o discurso do Senhor Governador.

Ele teve o cuidado de não repetir os equívocos de seu companheiro de Partido, Haroldo Leon Peres, que ao tomar posse, um mandato antes, não poupou nem o ex-Governador Paulo Pimentel, mesmo sabendo que Paulo Pimentel tinha sido eleito pelo povo e carregado nas costas pelo mesmo povo pela sua operosidade, e ele, Haroldo Leon Peres, era — como é hoje o Sr. Jayme Canet Junior — um Governador de minorias.

O respeito que ele demonstra por esta Assembléia Legislativa no seu discurso de posse precisa ser transformado em realidade.

Disse o Senhor Governador que os três Poderes NÃO SÃO HARMÔNICOS POR SIMPLES RETÓRICA MAS PORQUE ASSIM EXIGEM A TRADIÇÃO DE NOSSA HISTÓRIA E O RESPEITO AOS DEVERES, AS ESPERANÇAS E AOS DIREITOS DO NOSSO POVO.

E mais adiante frisou: ESPECIALMENTE AOS MEUS COMPANHAIROS DE ARENA, DESEJO DIRIGIR, FINALMENTE, UMA CONVOCAÇÃO.

Convocação no sentido de que venham comigo participar do Governo, de suas responsabilidades, de seus sacrifícios, de seus frutos.

O povo lhes será reconhecido. Não acredito que ele não saiba distinguir entre os que trabalham por ele com convicções e sentido de justiça e os que apenas se dedicam a cultivar o recurso fácil de criticar sem conhecer, de ressaltar os erros e de omitir os acertos ou de escamotear a verdade unicamente para servir a interesses próprios.

Espero que a Oposição cumpra o seu dever.

Dever de fiscalizar, de alertar, de prevenir, de corrigir, de fazer de tudo, enfim, para que o nosso esforço dê resultados efetivos em favor do povo.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o pronunciamento do Senhor Governador.

No que tange ao meu Partido, o Movimento Democrático Brasileiro, pode o Senhor Governador ficar ciente, neste momento, que nós sabemos, prevenir, corrigir, fazer tudo enfim, para que V. Exa. seja, no Palácio Iguaçu, um exemplo a ser seguido pelo povo.

O Senhor e os seus Secretários podem estar certos que cada movimento será a nossa vigilância, cada ato terá o nosso policiamento, porque como o Senhor Governador, nós também queremos contribuir pelo progresso de nosso Estado.

Vejam, Caros Companheiros da ARENA, que o Senhor Governador não fez apenas um apelo aos Srs. mas também uma advertência: o Senhor Governador está certo quando fala que não aceitará como companheiros aqueles que ESCAMOTEAM A VERDADE PARA UNICAMENTE SERVIR AOS INTERESSES PRÓPRIOS.

Que maravilha se o Sr. Governador cumprir este seu pronunciamento: que maravilha se ele não transformar o Palácio Iguaçu, nos acertos políticos que estão sendo feitos para a aprovação do nome do futuro Prefeito de Curitiba, naquele templo de negociatas que revoltou a Nosso Senhor Jesus Cristo e que levou a expulsar os NEGOCIANTES com CHICOTE para longe da CASA SAGRADA.

Que maravilha, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se cada companheiro nosso, honrando o mandato que recebeu do povo, puder mesmo, aqui desta Tribuna, falar o que sente, o que pensa, no momento de votar.

Que maravilha se nesta Assembléia, finalmente, pudermos ser uma só força, homens da ARENA e do MDB, unidos pela liberdade, pela independência, e pelo fortalecimento do Poder Legislativo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostei quando o Sr. Jayme Canet Junior disse em seu discurso de posse que seu Governo buscará, persistentemente, por todos os meios a seu alcance e controle, a melhoria da produtividade média por hectare, racionalizando e aperfeiçoando, pela técnica, a agricultura e a pecuária.

O Sr. Governador, que foi um dos fundadores da CAFÉ DO PARANÁ, reconheceu em seu discurso de posse, inclusive, a inutilidade de seus esforços, quando naquele organismo, pois salientou que é "Necessário a criação de uma estrutura de suporte que lhe permita maior capacidade de informação e comunicação com o Governo Federal: no que tange a maior formulação da política de preços, de créditos, de armazenamento e de transporte, e na busca do alimento da fertilidade do solo, pela utilização intensiva de corretivos; e o estímulo à produção de sementes e mudas são medidas que configuram a ênfase com que o Governo do Paraná estará empenhado em atender ao seu papel histórico na conjuntura econômica nacional.

É uma atitude corajosa do Senhor Governador ao admitir o fracasso de seus antecessores na luta pela conquista da produção ideal em nosso campo.

Uma atitude corajosa que deve ser acompanhada de outras atitudes, porque é preciso reconhecer a situação imediata dos nossos lavradores, castigados com a atual política de comercialização de produtos agrícolas e marginalizados em tudo e qualquer processo de financiamento nacional e que atenda as suas reais necessidades.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, os aduladores do Governo viram no discurso de posse do Senhor Governador uma peça de alto teor. A ponto de considerarem o discurso como um programa de governo.

Infelizmente não vi o Senhor Governador falar nos Servidores Públicos estaduais, da sua aflitiva situação sem critérios. Nem, inclusive, acenar com esperanças de melhores dias.

Vi, isto sim, o Senhor Governador falar em nosso potencial de minérios, quando o próprio Ministério de Minas e Energia reconhece que nosso potencial de ferro é de terceira categoria e que nos limitamos a ter um potencial de calcário, sem dimensão maior.

O Senhor Governador também demonstrou desconhecer a nossa economia ao dizer que o xisto está próximo do início da exploração em escala industrial quando os técnicos sabem muito bem que a Usina Irati, de São Mateus do Sul, é apenas um laboratório e que a exploração industrial do xisto está ainda muito longe das cogitações da Petrobrás, uma vez ainda não estão dimensionados os custos desta exploração e nem se cogita da construção de uma Usina para operar em escala industrial.

Parece um sonho o compromisso do Senhor Governador, de ativar a pesquisa na área geológica e ampliar a pesquisa e exploração da mineração em regiões como por exemplo o Vale da Ribeira.

O Senhor Governador, ao fazer seu pronunciamento, demonstra ser um geólogo primário, desconhecendo a própria potencialidade de nosso Estado e esquecendo que nesta área os esforços tanto do Poder Público como do setor privado, foram transformados em grandes fracassos.

Poderia, o Senhor Governador, visitar as minas de ferro mentidas pela firma Mueller & Irmãos de Curitiba em Rio Branco do Sul e então ele conheceria um pouco a dimensão das possibilidades do Paraná nesse setor, infelizmente relegadas a um plano muito inferior.

Reconhece o Senhor Governador a grandeza de nosso potencial turístico. Mas seu pronunciamento é superficial.

Diz ele: "Atenção particularmente cuidadosa, no setor de turismo, será dedicada ao litoral, aprofundando os estudos já existentes e buscando novas e mais amplas alternativas de superação dos entraves ao seu desenvolvimento".

Queremos perguntar, Senhor Governador: mantendo as mesmas estruturas da Paranatur, um organismo que trabalha pelo turismo promovendo jantares e recepções? Mantendo os mesmos homens na Paranatur que nada fizeram pelo nosso turismo e que continuarão nada fazendo?

Desenvolver o turismo em nosso litoral de que forma?

Sem infra-estrutura, sem estradas, com as Prefeituras à beira da falência? Desenvolver o turismo em nosso litoral como?

Sem contar com pessoal especializado?

Sem um calendário turístico?

Sem atender os nossos recantos turísticos como a Gruta do Monge, na Lapa, as Grutas de Colombo, as águas de Piraí do Sul, os recantos turísticos que existem neste Estado e que estão esquecidos.

Que fazer pelo turismo se a Paranatur parece ignorar a existência de Foz do Iguaçu, mais conhecida nos Estados Unidos e na Europa do que em Curitiba?

Sr. Governador, o Governo pode realizar um programa na área de turismo: mas não mantendo na Empresa Paranaense de Turismo pessoas que nada entendem de turismo. É preciso ir buscar os homens dos hotéis de Foz do Iguaçu, das Agências de Turismo de Curitiba, os técnicos que entendem deste setor e que podem realizar um bom programa nesta área.

Turismo, Sr. Governador, não é possível fazer com COMPADRES, AMIGOS e CORRELIGIONÁRIOS.

Turismo se faz com realizações, com programas e com técnicos. Homens que entendam de turismo, que podem fazer muito pelo Paraná nesta área.

Sr. Governador, nós entendemos os seus sonhos rodoviários, pois governar seria construir estradas.

Acho, Sr. Governador, que é chegado o momento do Paraná atender para a grande responsabilidade que tem para com os seus agricultores!!!

Construir estradas de apoio é importante: mas fundamental para o Paraná é conseguir do Governo Federal a realização de um projeto importantíssimo que há muitos anos dorme nas gavetas ministeriais: a estrada de ferro Assunção-Paranaguá.

Esta estrada trará para o Paraná o seu grande desenvolvimento e ela é viável a curto prazo, pois a Central do Paraná, conforme as notícias oficiais que li nos jornais, TEVE 70% DE SUAS OBRAS REALIZADAS NO GOVERNO DO SENHOR EMÍLIO GOMES.

POIS QUE SE FAÇA A ESTRADA ASSUNÇÃO-PARANAGUÁ com o mesmo dinamismo destes últimos meses da CENTRAL DO PARANÁ e nossa economia agrícola muito em breve estará salva.

Se esta Assembléia Legislativa quiser contribuir com o governo neste propósito poderá convocar o ilustre paranaense, ENGENHEIRO LUIZ CARLOS TOURINHO, Presidente do Instituto de Engenharia do Paraná, que poderá falar sobre a viabilidade desta ferrovia e sobre os estudos já realizados para a sua realização, em rota que alimentada por estradas de rodagem de acesso à ferrovia permitiria, o escoamento de toda a produção de uma das mais ricas regiões do Estado, a Região Oeste-Sudoeste.

Entendo, Sr. Governador, no seu discurso de posse, a sua preocupação com a vinda do homem do campo para as cidades; disse Vossa Excelência em seu discurso de posse que o Paraná terá, até 1980, quase a metade de sua população vivendo em cidades.

Este problema, Sr. Governador, se agravará na medida em que faltar ao homem do campo o conforto que ele encontra nas cidades.

Entender como inevitável este deslocamento do Homem da área rural para as cidades é reconhecer o fracasso antecipado do GOVERNO. É preciso levar ao homem do campo a eletrificação rural. Os benefícios da Universidade, a tecnologia.

Se o Governo der ao homem do campo condições para ele ficar produzindo na zona rural, ele não se deslocará em grande escala.

O homem do campo quer, Sr. Governador, universidade para seus filhos, proteção para as suas famílias e preço para os seus produtos.

Quer mercado também para os produtos agrícolas, proteção para os seus direitos, enfim quer participar do processo de desenvolvimento

sem ser por ele esmagado. Evite-se esta mudança do homem do campo para as cidades acelerando as obras na zona rural; Vossa Excelência que não deseja fazer promessas mas sim assumir compromissos pode assumir este compromisso com o homem do campo, este nosso irmão que está lutando pelo Brasil contra todas as adversidades e que hoje é vítima da ganância das multi-nacionais.

Abra, Sr. Governador, aqui no Paraná, a luta pelo homem do campo e contra os interesses dos grupos econômicos, que Vossa Excelência evitará a evasão do homem do campo e terá uma bandeira de popularização que o levará ao encontro do povo.

Estatísticas e previsões não levarão jamais a resultados positivos se nos limitarmos a aceitá-las como irremediáveis nada fazendo para evitar que aconteça a evasão do homem do campo rumo às cidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador espera alterar as estruturas administrativas do Governo com a criação das Secretarias de Administração e de Recursos Humanos.

E são palavras do Governador em seu discurso de posse:

"Tanta importância dá o Governo aos seus funcionários, aos homens que irão tornar possível a consecução de suas metas, que criou também a Secretaria de Recursos Humanos para estimulá-las e aprimorá-las.

Aqui, Sr. Governador, quero abrir OFICIALMENTE UMA LUTA.

Como pode, Sr. Governador, se falar em estímulo aos Servidores Públicos se a situação salarial dos Servidores Estaduais se constitui numa das maiores distorções que se tem notícia na vida deste País.

Vou fazer, nesta Casa, e se Deus me ajudar — e se eu contar com a ajuda dos Srs. Deputados de meu Partido e da ARENA, — uma campanha de esclarecimentos ao Sr. Governador com relação a recursos humanos.

Vou mostrar, Sr. Governador, nem que eu gaste todas as horas de meu mandato neste trabalho, as disparidades salariais que existem neste Estado, onde existem servidores que ganham mais do que é permitido pela Constituição Federal e outros que não ganham nem para sustentar as suas famílias.

Vou provar, Sr. Governador, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e peço aqui se Deus me dê forças, que enquanto advogados do Estado, dos mais alto gabarito e de mais alta qualificação, ganham verdadeiras misérias salariais, são contratados por empresas do Governo, advogados ganhando mais do que um funcionário do Estado ganha em dois anos de trabalho.

Vou provar, Sr. Governador, Srs. Deputados, as disparidades de salários entre engenheiros do Estado e engenheiros de empresas do Governo.

A disparidade de tratamento entre Diretores de Empresas para-estatais e Secretarias de Estado, onde os SECRETÁRIOS DE ESTADO, homens que devem ter o mais alto gabarito, chegam a ganhar menos que pessoas que são seus inferiores hierárquicos.

Senhores Deputados, este meu pronunciamento foi apenas uma análise do programa de Governo do Sr. Governador. Uma análise quase superficial nos pontos que considerei importante para uma análise. Vou guardar o discurso do Sr. Jayme Canet Junior. Sublinhei a frase em que ele diz que não faz promessas, assume compromissos. Cada palavra do seu discurso de posse é um compromisso, cada frase é um compromisso. Vou cobrar nos próximos anos as realizações aqui compromissadas, mas principalmente, quero acompanhar a situação dos Servidores Públicos, porque desejo sentir o que será feito com os recursos humanos deste meu Estado, porque entendo por recursos humanos o que há de mais valioso neste meu querido Paraná, o meu povo, porque o Funcionário Público terá neste Deputado não um demagogo a bater no peito e pedir aumentos, mas, um Deputado vigilante que pretende examinar caso por caso, situação por situação, as disparidades de tratamento que chegam a ser revoltantes.

Vou exigir, Senhor Governador, o fiel cumprimento do desenvolvimento integral e humanista e, repetindo as palavras do Presidente Ernesto Geisel, que o Senhor Governador citou com tanta propriedade, "HUMANISTA SOBRETUDO NOS SEUS FINS, UMA VEZ QUE O HOMEM, NA ATUALIZAÇÃO DE TODAS AS SUAS POTENCIALIDADES, É O OBJETO SUPREMO. EM PROVEITO DO QUAL OS MAIORES ESFORÇOS DEVERÃO SER COORDENADOS E MULTIPLICADOS".

Era só".

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 29/73, de autoria do Dep.

Maurício Fruet, que institui o Ciclo de Estudos sobre Problemas Brasileiros, com a finalidade que especifica, Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 406/68, de autoria do Dep. Roberto Wypych, que autoriza o Poder Executivo criar um Posto Agropecuário com Patrulha Mecanizada e Laboratório de Análises, subordinado à Secretaria de Agricultura, na sede do Município de Cascavel. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A.I.C. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 97/73, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Estadual de Londrina, a sítio Experimental de Criação da Secretaria de Agricultura, com sede no Município de Iporã. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEL da C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a Mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Alencar Barbosa. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Püdel, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, bem como ao Sr. Diretor do D.E.R., no sentido de apelo visando a construção de diversas rodovias. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Püdel, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Departamento Nacional de Rodagem, no sentido de ser iniciado e acelerado a construção de diversas rodovias. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Diretoria das Centrais Elétricas de São Paulo, responsável que é pela construção da Usina Capivari, no sentido de ser melhorado o preço por alqueire das terras a serem inundadas e cujos proprietários de diversos Municípios. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Diretoria do Banco do Estado do Paraná, pela criação de uma agência no Município de Eneas Marques. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações e regozijo ao Sr. Deputado Antonio Martins Anibelli, recém-eleito Vice-Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara Federal. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro de Educação e Cultura, no sentido de ser delegada competência à Universidade de Londrina, pelo Departamento de Assuntos Universitários, para registro de diplomas. — Em discussão.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valtér Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado documento anexo ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, publicado pelo jornal "O Diário do Norte" que mostra o trabalho desenvolvido pelo Núcleo Social de Maringá. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do Expediente, solicitando, complementando Pedido de Informações ao I.P.E., aprovado na Sessão do dia 13 último, que a Direção daquele órgão previdenciário, se digne encaminhar a esta Casa, cópia da Ata da reunião que o Conselho do I.P.E., realizou a 16/01/75. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eneas Faria, constante do Expediente de Sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, no sentido de ser aumentado o contingente de funcionários destinados ao registro de diplomas. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 196/72.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA Nº 86/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1211/75, de 21 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

- I — Revogar a Portaria nº 335/74, item II, que designou o funcionário JUAREZ TIBILETTI, ora a disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Departamento Administrativo;
- II — Designar o funcionário acima referido, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado EDILSON ALENCAR.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral
PORTARIA Nº 87/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 916/75, de 7 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar ELZIR LACERDA, funcionário ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA junto ao Gabinete do Deputado KIELSE CRISOSTOMO DA SILVA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral
PORTARIA Nº 88/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1319/75, de 25 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

- I — Revogar a Portaria nº 321/71, que lotou ALBERTO SAVOIA ASSEF, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas; e
- II — Lotar o funcionário acima referido, no Serviço de Assistência Judiciária.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral
PORTARIA Nº 89/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

revogar a Portaria nº 57/75, de 12 de março de 1975, na parte que se refere a ANDRELINA CORREIA ALVES, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 53/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1311/75, de 26 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar para prestar serviços de Assessoramento, o funcionário FAUSTO LUIZ ABRY, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na liderança do Governo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 54/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1495/75, de 3 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

- I - Designar RICARDO SABOIA KHURY, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria, desta Assembléia para prestar serviços de assessoramento na 1ª Vice-Presidência; e,
- II - Designar MARIA DE LURDES SANTOS, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços, no Gabinete da 1ª Vice-Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 55/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, PAULO AFONSO DE CAMARGO FILHO, ocupante do Cargo em Comissão de Chefe de Gabinete da Presidência, a prestar serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 56/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto no Artº 176, Inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário PAULO DO CANTO PACHECO, ocupante do Cargo em Comissão, de

Chefe de Gabinete da 1ª Secretaria, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 3 de fevereiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral.

PORTARIA Nº 57/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto no Artº 176, Inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, os funcionários abaixo relacionados a prestarem serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975, conforme especifica:

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
DELTA DE ALMEIDA CARDOSO
LUIZ CARLOS CARON GROSSI
OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS
LUIZ FRANCISCO FONTOURA
SAINT'CYR DE OLIVEIRA ROCHA
LYDIA SCHONBACHLER DE ALMEIDA
VALTER ANTONIO MARCHIORATO
RUI RIBAS DE OLIVEIRA
UMBELINA CARRARO DOS SANTOS
JOEL DA SILVA NATAL
FRANCISCO TABORDA RIBEIRO
LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP
PLÁCIDO CORDEIRO DE PAULA
MANRIQUE GANDARA FILHO
JORGE KUDRI
VILSON DA SILVA NATAL (adido)
ALBERTO MIGUEL (adido)
LUIZA ZACH VIANI
JOÃO FARIAS

PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA
ADEL METRING FRANCALACCI ESPINOLA
LIGIA MARIA DA SILVA
MAI FAIR PERINE
NORBERTO HUSCH
RICARDO SABOIA KHURY
MARIA DE LOURDES SANTOS

GABINETE DA PRIMEIRA SECRETARIA
JOSÉ ARY NASSIF
JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS
JOGUIBE MANSUR

DHOR BARANHUK
AERODIVA MANN DE SOUZA
AYRTON ALVES ARANHA
ROQUE DE CRISTO
JOAQUIM VIEIRA DA SILVA
ANTONIO DA SILVA

EMÍLIO TELES DE LIMA (adido)
ANTONIO CARLOS DUARTE (adido)
OTÁVIO GUERREIRO CASTELAN (adido)
MANOEL DIAS (adido)
FLODOALDO TRINDADE

RENATO EUGÊNIO REBELLO SCHAITZA
 MUSSA JOSÉ ASSIS
 WALFRIDO RIBEIRO DE CAMARGO
 CARMEN APARECIDA FREGONEZE
 ZENO PACIORNIK
 EMERENTINO DA CRUZ PACCA
 PEDRO LIBERTI
 CELIA MARIA GRACIA HASTSCHBACH
 CELLI EUCLEIA GALLIANO
 MARIA ELIZABETE POLI KUROWSKI
 LAZARO DA SILVA
 IZABEL DE FREITAS
 HELENA DO CARMO GONÇALVES (adida)
 GERSON EVANGELISTA PASSOS
 CASEMIRO MARQUES
 MARIO AUGUSTO GUERRA
 IVO GUSO
 ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

GABINETE DA SEGUNDA SECRETARIA
 PAULO MUNIZ TEIXEIRA DE FREITAS
 PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
 CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI
 RUTH CARVALHO DE MELLO
 ATÍLIO PEREIRA DELIMA
 ARI NATAL CHEMIN
 MANDEL PINHEIRO CANGUSSU
 LUIZ ALBERTO SOFFIATI CASSAL
 JOSE ANGELI (adido)
 GILBERTO DAROS
 EMILIO MAURO BARBOSA
 JOSE ROSA FILHO
 DULCÍDIO CALDEIRA JUNIOR

GABINETE DA TERCEIRA SECRETARIA
 JOÃO MARIA SERPA
 NEVERCINDO RIBEIRO DE LIMA

GABINETE DA QUARTA SECRETARIA
 GENI CARNEIRO
 VALDECIR NASSAR

GABINETE DE LIDERANÇA DO GOVERNO
 ACIR TEIXEIRA
 IRANI CARINI
 MAURÍCIO GONÇALVES
 HUGO MARTINS KOSOP
 FAUSTO LUIZ ABRY
 IRACI DA SILVA RUONIK

GABINETE DA LIDERANÇA DA ARENA
 MARIA JOSÉ TÁVORA GIL BELÉM
 MARIA DE LURDES BIZETO REQUE
 MANOEL AGUIR FILHO
 WALDOMIRO DE CAMARGO (adido)
 EDGAR TÁVORA JUNIOR
 CENIRA FREITAS

GABINETE DA LIDERANÇA DO M.D.B.
 IRACILDA SILVA SERTORIO
 GLACI BELICH
 ERNESTO PERACETTA
 ANTONIO LUIZ QUIRINO MACHADO (adido)
 NILCE POLI MILANI (adida)
 JUDETH SCHOLTZ

GABINETE DA DIRETORIA GERAL
 ISMAR DELLAGASSA PASSOS
 LEONILDA BITTENCOURT
 OPHIR FABELINI DE SOUZA
 ODAHIR COSMOS
 ALCEU RAMOS

JOAQUINA LOURENÇO JOSÉ
 ANTONIO CECCON
 JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
 GABINETE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
 RUBENS PADRILHA MENDES
 DORIZON SALGADO BUENO
 ENIO MEDEIROS
 JOAQUIM MUNHOZ DE MELLO
 REGINALDO FANCKIN
 JULIO XAVIER VIANNA
 FRANCISCO JOSÉ DA CUNHA GEBRAN
 OSIRES DE BRITO
 JOSÉ RENATO DUARTE
 DARIO FORTUNATO DARIF
 RONALDO LOPES LINHARES
 CELSO APARECIDO DE CASTRO
 ACÁCIO TAQUES DE ARAUJO
 LAERTES LUIZ FOGGIATO
 TEREZINHA RUPPEL GLUCK

DEPARTAMENTO DE DIVULGAÇÃO LEGISLATIVA E RE-
 LAÇÕES PÚBLICAS
 JOSÉ JOAQUIM
 SEVERO LIMPIO SOTTO MAIOR
 JOSÉ OSWALDO GARCIA REDONDO
 LUCY DE MELLO KEINERT
 ALVARO SERGIO MARAVALHAS
 RUTH CAMILLO RUSSI
 RUI FRANCISCO GABARDO
 CENIRA SILVEIRA DA COSTA
 GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA
 CLARICE SZATKOWSKI
 ERNESTO GOMES CORDEIRO
 LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS
 YONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER
 RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI
 INEZ LITZA LENIOWSKI
 CLEMETILDE DELFINA BORTOLON
 GILBERTO LAMPARELLI SILVA
 LAUDICEA VIEIRA DOS SANTOS (adida)

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, CONTABILIDADE
 PESSOAL
 AIMORE DO ROCHA
 MARCOS UNIGA
 LUCIANO LACERDA FILHO
 WILIAN ROSE ROLANDO ROMANZINI
 LUIZ ANTONIO CARON
 JOSÉ DE ARIMATHEA CLETO
 MARIO HENRIQUE DA CRUZ
 EDMIR ENÉZIO DA SILVA
 ELENI SILVEIRA PAVLOSKI
 AYNED MARIA REINERT TIZZOT
 GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
 JOSÉ PAULO ORTH
 JUAREZ DE QUADROS GONÇALVES
 FARID LUIZ GUÉRIOS
 SERGIO VALÉRIO ANTANUCIO
 JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO
 BLUMER BOSQUILIA
 LIOZEL RUPPEL BITTENCOURT
 JOSEFA KUČEK LEVANDOSKI
 LUIZ RUPPEL BITTENCOURT
 RENE VASCO GARCIA
 ALMIR SANTOS
 NELSON SILVIO SALLES
 ELEOVAN CESAR RIBEIRO
 JOÃO MARIA DE JESUS CAMPOS ARAUJO
 MARTA ARANTES DELIMA

IZIDORO CECCON
AMAURY DE OLIVEIRA E SILVA JUNIOR (adido)

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

ALBERTO CARAZZAI NETO
ANTONIO CARLOS LACERDA
ANISAL DE ASSUNÇÃO (adido)
IBANEZA MENDES SANTOS
IOLANDA GUIMARÃES MELLO CASTRO
MOACIR JORGE NARDI
SERGIO ANTONIO SOUTO
JOÃO ALBERTI ANDRETTA
TEREZINHA CASAGRANDE (adida)
LORIS CORDEIRO DE BARROS
RONALDO BAPTISTA
NEVINHA PIAZZA CARDOSO
SERGIO ZACARIAS
LUIZ CARLOS FERREIRA DELIMA (adido)
MARIA DE LOURDES MALTAURO
ARISTEU SILVA BERGER
LUIZ MIRAMORIM PEREIRA
NORMA BUEST ROSÁRIO
IZAURA BRAVOS
CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA
JOSÉ ADER
CELSON ARAUJO JUNIOR
LUIZ CARLOS MOLINARI
DIVA DO VALLE CAVALCANTI
ANNA ROSA BELLO VIANNA
SEBASTIÃO DE CISTO
MIRIAN CORREIA MONATINHA TEIXEIRA
JOANA BIASIO DA CUNHA
LADY CUNHA
LILIAN MARY REBELLO
MARILU FANCHER BECKER
NILCE MACEDO FIGUEIREDO
OCIREMA STAMM BELLÉ
SIOMARA LOPES GOMIDE
EMILIA MIRANDA BECKER
LUIZ FERNANDO FLORES
JAIR CORDEIRO FERREIRA ALVES
FRANCISCO BUBNIACK
JOSÉ ARY VALERIO
JOÃO CRUZ
LUIZ CARLOS MONTEIRO
SOLON FONTOURA RODRIGUES
JAYRO CAMARGO
MARLENE COUTO DE CRISTO

LELIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR
ELZA CARNEIRO CAMARGO
TEREZINHA BARBOSA MOURA E CLARO
RITA CELESTINO SOARES
CLEIA CARNEIRO TEIXEIRA
AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS
ELCY DA SILVA BATISTA
MARIA APARECIDA ROCIA GEBRAN DO AMARAL
JOSÉ TAVARES DO CANTO FILHO
EUMENIA DE OLIVEIRA
AYRTON PRECOMA
ELOI MEZZADRI
HAROLDO NASCIMENTO
ENIO SANTANGELO MALHEIROS
MARIA STELLA MADER DO AMARAL GURGEL
MYRTHES MAGDA GOMES

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

CLOVIS STADLER DE SOUZA
FRANCISCO DRANKA
SENHORINHA BERNARDI

EDISON HEIBEL
DUILIO DIAS
RUBENS DAMAS
OSWALDO MARQUES
EUTHALIA MARTINS DA SILVA
SILVIA PEIXOTO GRANADO
MARIA MOREIRA MACENO
ZENAIDE SILVA FILPO
ANTONIO CARLOS DANTAS
NEUSA OLIVIA MELARA
ZELMA LOPES WOJCIK
MARIA DO ROCIA MEDEIROS WITASLAWSKI
WALDOMIRA DEMETERCO PEREIRA
MARIZA APARECIDA RIBAS (adida)
MARLENE PERRONE LEONARDO
MARIA ALEXANDRINA PONCIO
IGNES DE OLIVEIRA
ANTONIO MASSUCHETTO
MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA
MADONA SEDILHA LOYOLA
ANA CRISTINA DE SOUZA
JULIA JULINSKI DE PAULA
IZABEL SANTO OLAYA LAMAU
FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI
DIRCEU GONÇALVES CORDEIRO
ROGÉRIO FABIANO NEVES DA CRUZ
ARMANDO SOICHI IWAIA
UMBERTO MORO REDESCHI
NORMANDO PEDRO CULPI
BERTOLDO SCHWARZBACH
TABAJARA MARTINS
AMADO ZONATO
EDU LIBERTI
NELSON FERREIRA DE ARAUJO FILHO
SALOMÃO DE SOUZA ANDRADE
JOSE CHECHELISKI
NELSON ANDRÉ DE ARAUJO
JOSÉ ESTEFANO BRITO WITOSLAWSKI
CELSON FARACO
PEDRO DISSENHA (adido)
JOÃO FARINHAK
JOSÉ JACOMITTI
REGINALDO XAVIER BITTENCOURT
JOUBERTH DA SILVA SANTOS
ANGELINA GARCIA PACHECO
IGLAIR SMANIOTO
WALDEMAR RODA
ENEDUAR FALEIRO PINTO NUNES (adida)
ABEL FREDIANO MARCHIORATO
ANTONIO GULBINO
ANTONIO LEANDRO
CARLOS AUGUSTO FERNANDES
JONAS ZAMPIER
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
JORGE ASSAD MANSUR
JANDIR NARDIN
LINDAMIR DOS SANTOS
JUVENAL JAVORSKI
JOÃO ANDRÉ CLELE
JOSINA PEREIRA
JOANA MACIEL FARIA
ROSALINA PEREIRA SANTIN
IZAIR PEREIRA FLORES
IVETE HENEKEN DRANKA
MARLENE PERRY GONÇALVES
ANTONIO DOS SANTOS RIBAS
JAIR DALAGASSA
JOSÉ DA TRINDADE

FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO
 GENIR DOS SANTOS FERNANDES
 MARIA DE LOURDES SANTOS
 ISAUARA BUENO
 IZOLLA GLISTAU BARRICHELLO
 JACYRA MACHADO BINI
 MARIA DA LUZ AZEVEDO SOARES
 NADIR DE OLIVEIRA SANTOS
 CECILIA KUREK STUART
 MARIA LIDIA RATSCH
 ALICE DO ROSÁRIO ANTUNES
 ANDRELINA CORREIA ALVES
 JOANA DE LIMA
 LINDAMIR GONÇALVES BORGONOV
 FLORISPES ALVES BOSCHI
 HILZA DOS SANTOS LOPES
 BRIGIDA LOBO KOLOROWSKI
 PAULINA SCHERNER SIMÕES
 MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES
 HONÓRIA CORDEIRO
 ELIAS PEREIRA
 ALZEMIRO ARTIGAS
 JOÃO MARIA DE FREITAS
 SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO
 JONAS DE SOUZA PORTO
 NOIR PACHECO
 SILVIO SEBASTIANI
 HUGO GABARDO
 ABIB MIGUEL

CERIMONIAL

HILTON RONALD ALICE
 ALBA LIGIA ARAUJO E GARCIA
 LUIZ FERNANDO GOTTARDI

SERVIÇO MÉDICO

FABIANO SIQUEIRA CUNHA
 GERSON NEMES
 PAULO DE SOUZA FILHO
 JOSÉ ANTONIO MAIGUÊ
 LEONILDO MARCHIORO
 MARIA IGNÉSIA CAVALLARI FAGUNDES
 SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 JOEL NELSON HECKE
 JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO
 EDGAR SANTOS BUQUERA
 RUGÉRIO ANTONIO NASCIMENTO
 NELSON EMILIO MARQUES
 JOAQUIM ANTONIO RODRIGUES
 HILDA MATHIES BLANC
 RUTE DA SILVA LOPES
 MARIA LEONILDA ROCHA
 MARCIONILIO SANCHO CAMBUY
 ORLANDO FERREIRA (adido)
 ORLANDO SABOTO
 SEBASTIÃO BUENO
 DORIVAL DELAGASSA
 JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELA
 ALEXANDRE RADICHEWSKI
 RUBYS DE SOUZA
 LAZARO CAETANA DA SILVA
 MARIA MENEGUSCO
 JULIETA ROSA SAMPAIO

SERVIÇO DE SEGURANÇA
 JOSÉ RODRIGUES DE MORAES
 JOSÉ CARLOS JANJÃO

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
 ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT

ALBINO DE BRITO FREIRE
 BOGDANO KARPEN
 JURVAL DAROS
 DIMITRYA PIRIH MARANHÃO
 DARCI ANTONIO BUDEL
 PAULO HENRIQUE DE ARRUDA GONÇALVES
 PEDRO ALVARES DOS SANTOS
 MANOEL PEDRO SANTOS LIMA (adido)
 ALBERTO SAVOIA ASSEF
 WALTER ADÃO PINTO DE MACEDO
 ISRAEL DINIZ

BIBLIOTECA

ADAIRTON BORGES DOS SANTOS
 ALAIDE MARIA LOFHGEN LUZ
 AZELIA DE LIMA BRANDINI (adida)

SERVIÇO DE OFICINA E MANUTENÇÃO

ORLANDO MORO
 RAUL WOLF
 ANTONIO JOÃO GREBER
 HENRIQUE WOJCIK
 JOÃO MARTINS SOBRINHO
 SZCZEPAN ILNICKI (adido)

SERVIÇO ODONTOLÓGICO
 JOSÉ SUPLYCY DE LACERDA
 HILÁRIO FREGONEZE
 DARCI IVO COSTACURTA
 ARACY ZECK

CONSULTORIA JURÍDICA

RUI FERRAZ DE CARVALHO
 MANUEL FERNANDES MAIA JUNIOR
 ALFREDO PRESTA

DIRETORES ADJUNTOS

EROS RUPPEL ABDALLA
 AYRTON COSTA LOUYOLA

Gabinete da Diretoria Geral, em 12
 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
 Diretor Geral.

PORTARIA Nº 58/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I – Autorizar, na conformidade do disposto no Art. 176. Inciso I. da Lei nº 6417, de 16 de novembro de 1970, os funcionários abaixo relacionados, a prestarem serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50% de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975, nos Gabinetes das Lideranças da ARENA e MDB, junto aos Gabinetes dos Deputados, conforme especifica:

DEP. FABIANO B. CÔRTEZ
 ARLETE BELMONT ZEBALLOS
 DEP. ACCIOLY NETO
 MARIA HERCILIA CÂMARA CONTER
 RAUL ZIPPERER
 DEP. ADALBERTO DAROS
 CLARICE FOIS DE MIRANDA
 DEP. ANTONIO FACCI
 LINDAMIR EDIL CARAN

DEP. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO
MERCHIO BELICH FILHO
JOSÉ CARLOS PEREIRA

DEPUTADO BASILIO ZANUSSO
MANOEL MARTINS DE CASTRO
WILSON OSIRES PIOVESAN (adido)

DEPUTADO BENEDITO LÚCIO MACHADO
YONE CHEVES CAPRILHONE

DEP. EGON PUDEL
ADILSON VICENTINI
LIRIO TONETTI (adido)

DEP. DAVID FEDERMANN
GABRIEL QUESADA FILHO

DEP. DOMÍCIO SCARAMELLA
LUIZ CARLOS MARTINS ARAUJO

DEP. EDILSON ALENCAR
JUAREZ TIBILETTI (adido)

DEP. ERNESTO DAL'OGGIO
HONORINO LUIZ COLLA

DEP. EZEQUIAS LOSSO
ALDINAR MUNIZ CORREIA DE FREITAS (adido)

DEP. FRANCISCO ESCORSIN
JOÃO FELIPE CHAVES LOUREIRO
ALÉLI DOS SANTOS

DEP. FUAD NACLI
SILVIO FODOLFO LIEGEL

DEP. GABRIEL MANOEL
LUIZ FERNANDO MALHEIROS CARNEIRO

DEP. GILBERTO REZENDE DE CARVALHO
BOLIVAR CAMARGO DE BARROS
MARY DE OLIVEIRA LEON PETIT (adida)

DEP. JOSÉ LAZARO DUMONT
MADALENA MARIA DE LIMA

DEP. LUIZ ROBERTO NOGUEIRA SOARES
LUCIANO ANTONIO BITTENCOURT
NILVA MARIA MORO

DEP. NELSON BUFFARA
BELMIRO MARTIN

DEP. OTÁSSIO PEREIRA DA SILVA
JOANA B. VIEIRA DO ESPIRITO SANTO (adida)

DEP. OSORIO VALTER PIETRANGELO
LUIZ LIMA

DEP. ROSÁRIO PITELLI
ALMIR OLIVEIRA DOS SANTOS

DEP. WILSON FORTES
ZILDETE TEIXEIRA

II - A gratificação acima mencionada, fica limitada de acordo com o parágrafo único, do Art. 1º do Decreto Legislativo nº 69/75, de 20 de fevereiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 59/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1152/75, de 20 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

revogar o item II, da Portaria nº 137/73, que designou a funcionária MARIA JOSÉ TÁVORA GIL BELEM, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Co-

missão de Obras do Plenário.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 60/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1152/75, de 20 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar para prestar serviços no Departamento Administrativo o funcionário JOÃO MARIA DE FREITAS, ora a disposição des Poeder Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 61/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1347/75, de 27 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários RONALDO CATARINO e LEONIDAS DA SILVA, ora a disposição deste Poder Legislativo, para prestarem serviços no Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 62/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1093/75, de 18 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários CLARICE FOIS DE MIRANDA e JOSÉ AFONSO COELHO, para prestarem serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado ADALBERTO DAROS.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 63/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEM-

BLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1356/75, de 27 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar RAFAEL DE LALA SOBRINHO, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança do Governo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 64/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1100/75, de 18 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar para prestar serviços no Gabinete da Presidência. VILMA APARECIDA NUNES TONINELLO, ora a disposição deste Poder Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 65/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1030/75, de 17 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar para prestar serviços no Gabinete da Presidência, o funcionário JORGE KUDRY, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 66/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1328/75, de 26 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar SILVIO RODOLFO LIEGEL, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços de Assessoramento na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado FUAD NACLI.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 67/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1561/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a NELSON AUGUSTO ARAUJO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1975, a partir de 5 de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 68/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1727/75, de 6 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a ELIDA DATCHMANN, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1974, a partir de 5 de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 69/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1288/75, de 25 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

lotar ANTONIO GARCIA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Serviço de Assistência Judiciária.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 70/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 884/75, de 05 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

lotar o funcionário ALCIDES ZONATO, no Departamento Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 71/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1369/75, de 27 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretaria, os funcionários DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA e DILMAR ABILIO ARCHEGAS, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral *

PORTARIA Nº 72/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1365/75, de 27 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar a funcionária NILVA MARIA MORO, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado LUIZ ROBERTO NOGUEIRA SOARES.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 73/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 225/75, de 13 de janeiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria nº 3/74, a MANOEL AGUIAR FILHO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 74/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1192/75, de 20 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar LINDAMIR EDIL CARAN, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na

Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado ANTONIO FACCI.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 75/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 894/75, de 6 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar MARY DE OLIVEIRA LEON PETIT, funcionária ora a disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA junto ao Gabinete do Deputado GILBERTO REZENDE DE CARVALHO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 76/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1701/75, de 6 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar para prestar serviços, SEBASTIÃO DOMICIANO DE SOUZA, ora a disposição deste Poder Legislativo, na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado FRANCISCO ESCORSIN.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 77/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1455/75, de 3 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar para prestar serviços, o funcionário ALMIR OLIVEIRA DOS SANTOS, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado ROSÁRIO PITELLI.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 78/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de

suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1490/75, de 3 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar para prestar serviços no Gabinete da Presidência, a funcionária DALILA DOS SANTOS, ora a disposição deste Poder.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 79/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1540/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar para prestar serviços, YONE CHAVES CAPRILHONE, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado BENEDITO LÚCIO MACHADO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 80/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1.402/75, de 28 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretaria, a funcionária REGINA APARECIDA DI CREDO PASSOS, ora a disposição deste Poder Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 81/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1473/75, de 3 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a LAURO ALCÂNTARA MARTINS, runcionário do quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1975, a partir de 19 de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 82/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1415/75, de 28 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar para prestar serviços, o funcionário DIAMIRO DA SILVA, ora a disposição deste Poder Legislativo, no Gabinete da Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado EZEQUIAS LOSSO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 83/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1223/75, de 21 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar MADALENA MARIA DE LIMA, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado JOSÉ LÁZARO DUMONT.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 84/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1513/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar para prestar serviços, no Gabinete da 1ª Secretaria, a funcionária THEREZINHA FORMIGHIERI SIMÕES, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 85/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1512/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria, o funcionário JOSIAS MARQUESI, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral